

## **O TRISTE PASSADO E O INCERTO FUTURO: PARADOXOS PÓS- PANDEMIA**

O lançamento da primeira edição de 2022 da Revista Sociedade em Debate ocorre em um momento paradoxal para a sociedade brasileira. De um lado, temos a esperança de retorno a uma situação pré-pândemica, denominada por alguns profissionais da mídia como “o novo normal”. Entretanto, a esperança, como uma possibilidade de pensar em novos projetos e retomar uma rotina conhecida, esconde muito sofrimento pelas perdas de tantas vidas e também o receio do futuro, tendo em vista um panorama desolador, notadamente o empobrecimento da população brasileira e a violência de gênero, que se sumariza, a seguir, em poucas linhas.

Há, reconhecidamente, um aumento das desigualdades em várias dimensões. Entre as desigualdades estruturais já existentes no país, antes da pandemia de Covid-19, destaca-se, atualmente, a propalada crise econômica do país, distante das possibilidades de reversão em curto prazo. Entender as formas de apropriação de renda, via distribuição tributária do Produto Interno Bruto (PIB) adicional, permite evidenciar como a crise recai unicamente sobre os trabalhadores. Possibilita reconhecer o que é ocultado pelo discurso da crise, ou seja, o acentuado empobrecimento da população, como demonstra Pochmann (2022). O autor analisou os dados da distribuição primária do PIB adicional, realizada durante a experiência de mandatos presidenciais, e classificou-os como Neoliberal (1994-2002), Trabalhista (2003-2015) e Ultraliberal (pós-2015), tendo como medida o quanto o governo, os capitalistas e os trabalhadores “[...] capturaram através de suas específicas formas o adicional de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)”. No período Neoliberal, o governo absorveu 37% do adicional do PIB ocorrido em 2002, seguido pelos capitalistas, que capturaram 33,7%, e os trabalhadores, com 29,3%. No período Trabalhista, os percentuais são alterados, embora continuem uma partilha desigual; ou seja, o governo absorveu 24,4% do adicional do PIB, os trabalhadores absorveram 45,5% e os capitalistas, 30,1%. No período que classifica como Ultraliberal, o autor assinala uma forte alteração no padrão distributivo, que favoreceu preferencialmente o governo, com um reduzido



percentual sobre os capitalistas. “Percebe-se, por exemplo, que no adicional do PIB do ano de 2021, o governo capturou 50,2% do adicional do PIB, os capitalistas absorveram 49,3% e os trabalhadores apenas 0,5%” (POCHMANN, 2022).

O referido estudo contribui para explicar como o custo da reprodução social acelera continuamente para o trabalhador, distanciando-se da recuperação salarial do trabalho, cada vez mais lenta e acompanhada pelo fantasma do desemprego. O professor Otaviano Helene aponta a persistência da posição do Brasil entre os países com pior distribuição de renda desde 1999 e comprova essa afirmativa em pronunciamento recente: “No Brasil, a renda média domiciliar per capita dos 5% mais favorecidos em um único mês é igual à renda média dos 5% mais pobres em mais do que 20 anos” (HELENE, 2022).

Além das desigualdades do campo econômico, outra questão preocupante são as desigualdades relacionadas ao gênero, especialmente quando articuladas à questão racial. A exigência do isolamento social, favorecendo uma convivência familiar diuturna em condições precárias, inúmeras vezes com um parceiro violento, ampliou sobremaneira a violência doméstica, inclusive alcançando crianças e adolescentes. Um indicativo desse aumento foram as ligações de emergência solicitando socorro por violência doméstica, que, em 2020, alcançaram o número de 694.131 ligações. E o mais grave é que 48,8% foram vítimas dentro de casa nos anos 2020 e 2021 (MATO GROSSO DO SUL, 2021). O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) divulgou estatísticas que igualmente comprovam essa dramática situação, informando ainda ser maior a incidência de morte entre as mulheres negras.

Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 2).

Ainda no quesito gênero, no setor saúde, o Instituto Patrícia Galvão (2022) confirma dados alarmantes sobre a mortalidade materna: “[...] o país concentra 75% das mortes de grávidas e puérperas por covid, no mundo – e as negras morrem 77% a mais”.

Outro levantamento realizado pelo mesmo instituto descortina ainda mais as iniquidades praticadas, relatando, a partir de diversos bancos de dados, o cronômetro da violência: uma mulher ou uma menina é estuprada a cada dez minutos; três mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia; um travesti ou mulher trans é assassinada no país a cada dois dias; e trinta mulheres sofrem agressão física por hora. São dados de uma realidade

difíceis de serem superados sem se repensar no papel e na funcionalidade do Estado capitalista em redirecionar os fluxos de desigualdade entre a família, o mercado e as associações civis e comunitárias (ADELANTADO; NOGUEIRA; RAMBLA, 2000).

De outro lado, assiste-se, no Brasil, a uma reversão do papel do Estado quanto à proteção social como direitos de cidadania. Essa reversão incide no plano discursivo, revertendo valores e práticas construídas durante longo período, visando a garantia de direitos sociais. Há a constante crítica ao tipo de proteção previsto na Constituição Federal, no sentido de desincumbir o Estado de parcela da reprodução social, notadamente nos campos da saúde e assistência social. Na esfera legal, nesses dois setores, as reformas incrementais ocorrem sem a participação da sociedade civil no debate, ocasionando um hiato, uma fragmentação entre sociedade civil e sociedade política. Na esfera das práticas, identificam-se diversos mecanismos que levam paulatinamente a uma debilitação dos recursos existentes, que vão desde um desfinanciamento progressivo até o corte total de recursos, inviabilizando as ações programáticas desenvolvidas, além de outras estratégias no mesmo sentido.

Assim, o papel e a funcionalidade do Estado estão no centro do debate, e, nesta edição, os autores trazem aportes que incidem sobre instituições da sociedade civil, questões orçamentárias vinculadas à proteção social, os reflexos da Covid-19 na população negra, a ampliação das demandas em proteção básica e o papel da ética, e outros cujos temas estão estreitamente vinculados à preocupação de se ampliar o debate, visando fortalecer a participação e as lutas para garantia e fruição da proteção social no Brasil.

Vera Maria Ribeiro Nogueira  
Maio de 2021.

**REFERÊNCIAS**

ADELANTADO, José; NOGUERA, J.A. y RAMBLA, X. El marco de análisis: las relaciones complejas entre estructura social y políticas sociales. Cambios en el Estado del Bienestar. Barcelona: Icaria. 2000.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da Violência. 31 ago 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>  
HELENE, Otaviano. Quão desigual é o Brasil? A terra é redonda. A terra é redonda, 10 fev. 2022. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/quao-desigual-e-o-brasil/>. Acesso em: 08 maio 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Violência contra a mulher em dados. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>. Acesso em 04 maio 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Subsecretaria de políticas Públicas para Mulheres. Mulheres em situação de violência: números, avanços e desafios. Disponível em <https://www.naosecale.ms.gov.br/mulheres-em-situacao-de-violencia-numeros-avancos-e-desafios/>. Acesso em 07 maio 2022.

POCHMANN, Marcio. Macroeconomia: distribuição da renda no Brasil. Outras Palavras, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/macroeconomia-da-distribuicao-da-renda-no-brasil/>. Acesso em: 10 maio 2022.

**Vera Maria Ribeiro Nogueira**

[veramrn@gmail.com](mailto:veramrn@gmail.com)

Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora colaboradora da Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.)